

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014/2024) E A META 15: AVALIAÇÃO, LIMITES E PERSPECTIVAS

Flávia Wagner¹

Universidade do Sul de Santa Catarina

Priscila Pereira Correa²

Universidade do Sul de Santa Catarina

Emiliana Oro Brandão³

Universidade do Sul de Santa Catarina

RESUMO

Este estudo se insere nas políticas educacionais, focando no Plano Nacional de Educação (PNE) e no relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do PNE 2024, especialmente a meta 15, que aborda a formação inicial dos professores da Educação Básica. O objetivo é analisar os estudos do último decênio (2014-2024) sobre essa meta para identificar os desafios enfrentados em sua consecução. A relevância do estudo é destacada pelo planejamento do novo PNE (2024-2034) e pela intenção de contribuir com reflexões sobre os alcances e pendências da meta 15. A metodologia adotada foi uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados BDTD e Scielo, abrangendo os últimos 10 anos. Foram utilizados descritores como: Plano Nacional de Educação (2014) AND meta 15 OR formação inicial AND professores da educação básica, resultando em 8 pesquisas analisadas qualitativamente. As análises geraram duas categorias principais: 1) estratégias alcançadas e não alcançadas pela meta 15; 2) desafios para o próximo PNE 2024-2034 em relação à meta 15. Os resultados indicam que a formação inicial deve superar o modelo tecnicista e que há um grande número de professores formados atuando fora de suas áreas devido a falhas nos programas governamentais de incentivo à graduação, que não abrangem todos os docentes e precarizam a formação superior. Dados também revelam a desvalorização do trabalho docente. Conclui-se que o PNE é crucial para uma sociedade democrática e sugere-se a continuidade de pesquisas sobre formação inicial, valorização profissional e políticas educacionais para a melhoria da carreira docente no Brasil.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação (PNE); Meta 15 formação inicial; Professores da educação básica; Relatório de monitoramento.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Professora no Programa de Pós-graduação em Educação de Mestrado e Doutorado da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Tubarão/SC, Brasil. Endereço para correspondência: Rua José Porto dos Santos, N.204 Ponte do Imaruim - Palhoça/SC - CEP 88130320. Orcid <https://orcid.org/0000-0002-5805-3565>. E-mail: flv.wagner@gmail.com.

² Graduada em Psicologia na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Pesquisadora bolsista na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Palhoça/SC, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Rio Branco, 79, apartamento 1501, Centro, Palhoça/SC, Brasil, CEP: 88130-101. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7639-4944>. E-mail: priscilapcorrea@icloud.com.

³ Mestranda em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Pesquisadora bolsista CAPES na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Palhoça/SC, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Maria Inácia Rosa dos Santos, número 57, casa 1, Bela Vista, Palhoça/SC, Brasil. CEP: 88132-678. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1807-0480>. E-mail: oroemiliana@gmail.com.

THE NATIONAL EDUCATION PLAN (2014/2024) AND GOAL 15: EVALUATION, LIMITS, AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

This study is part of educational policies, focusing on the National Education Plan (PNE) and the report of the 5th cycle of monitoring the PNE 2024 goals, especially goal 15, which addresses the initial training of Basic Education teachers. The objective is to analyze studies from the last decade (2014-2024) on this goal to identify the challenges faced in its achievement. The relevance of the study is highlighted by the planning of the new PNE (2024-2034) and the intention to contribute with reflections on the achievements and pending issues of goal 15. The methodology adopted was a systematic literature review in the BDTD and Scielo databases, covering the last 10 years. Descriptors such as: National Education Plan (2014) AND goal 15 OR initial training AND basic education teachers were used, resulting in 8 studies analyzed qualitatively. The analyses generated two main categories: 1) strategies achieved and not achieved by goal 15; 2) challenges for the next PNE 2024-2034 regarding goal 15. The results indicate that initial training must overcome the technician model and that there are a large number of trained teachers working outside their areas due to failures in government incentive programs for graduation, which do not cover all teachers and precarious higher education. Data also reveal the devaluation of teaching work. It is concluded that the PNE is crucial for a democratic society and it is suggested to continue research on initial training, professional appreciation, and educational policies for the improvement of the teaching career in Brazil.

Keywords: National Education Plan (PNE); Goal 15 initial training; Basic education teachers; Monitoring report.

EL PLAN NACIONAL DE EDUCACIÓN (2014/2024) Y LA META 15: EVALUACIÓN, LÍMITES Y PERSPECTIVAS

RESUMEN

Este estudio se inserta en las políticas educativas, enfocándose en el Plan Nacional de Educación (PNE) y en el informe del 5° ciclo de monitoreo de las metas del PNE 2024, especialmente la meta 15, que aborda la formación inicial de los profesores de la Educación Básica. El objetivo es analizar los estudios del último decenio (2014-2024) sobre esta meta para identificar los desafíos enfrentados en su consecución. La relevancia del estudio se destaca por la planificación del nuevo PNE (2024-2034) y por la intención de contribuir con reflexiones sobre los alcances y pendientes de la meta 15. La metodología adoptada fue una revisión sistemática de la literatura en las bases de datos BDTD y Scielo, abarcando los últimos 10 años. Se utilizaron descriptores como: Plan Nacional de Educación (2014) AND meta 15 OR formación inicial AND profesores de la educación básica, resultando en 8 investigaciones analizadas cualitativamente. Los análisis generaron dos categorías principales: 1) estrategias alcanzadas y no alcanzadas por la meta 15; 2) desafíos para el próximo PNE 2024-2034 en relación a la meta 15. Los resultados indican que la formación inicial debe superar el modelo tecnocrático y que hay un gran número de profesores formados actuando fuera de sus áreas debido a fallas en los programas gubernamentales de incentivo a la graduación, que no abarcan a todos los docentes y precarizan la formación superior. Los datos también revelan la desvalorización del trabajo docente. Se concluye que el PNE es crucial para una sociedad democrática y se sugiere la continuidad de investigaciones sobre formación inicial, valoración profesional y políticas educativas para la mejora de la carrera docente en Brasil.

Palabras clave: Plan Nacional de Educación (PNE); Meta 15 formación inicial; Profesores de educación básica; Informe de monitoreo

INTRODUÇÃO

O tema formação inicial de Professores já vem sendo discutido ao longo dos anos no cenário da educação nacional, com a aprovação do Plano Nacional de Educação/PNE (2014-2024), por meio da Lei 13.005/2014, esse tema emergiu com consistência dentro da

meta 15. Essas discussões representam um grande avanço para educação, visto que, a formação inicial dos Professores no ensino superior deve representar um avanço na qualidade da educação no nosso país, na direção de uma educação pública de qualidade social, equitativa, inclusiva e democrática.

O PNE (2014-2024) estabeleceu como objetivo principal a articulação do sistema nacional de educação, definindo 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias que norteariam a educação brasileira durante os 10 anos de sua vigência. O destaque nessa pesquisa vai para a diretriz IX a valorização dos (as) profissionais da educação, diretriz essa que contempla a formação inicial de professores como uma das formas de valorização profissional. Conforme prescrito no PNE, meta 15, (Brasil, 2014, p. 13) “assegurar que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Conforme estabelecido no documento, o objetivo da Meta 15 foi assegurar que todos os professores da educação básica possuíssem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuavam, no prazo de 1 (um) ano.

Para o acompanhamento e verificação da efetivação da Meta, foram criados os seguintes indicadores: 15A) Proporção de docentes da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. 15B) Proporção de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. 15C) Proporção de docentes dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. 15D) Proporção de docentes do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Por meio do acompanhamento do quinto relatório de monitoramento do PNE pudemos constatar que essa meta não foi atingida, o documento apresenta alguns avanços em relação à meta, mas evidencia fragilidades a respeito da formação de professores, Brasil, 2022, p. 17), “A despeito disso, ainda estamos distantes de alcançar uma formação adequada para a totalidade do corpo docente brasileiro em todas as

etapas da educação básica”. Para melhor elucidar, elaboramos o quadro 4, apresentado mais adiante, realizando o cotejo dos dados da Meta 15 (PNE) e seus 4 indicadores, com os dados do Relatório do 5º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, bem como, indicando os percentuais que precisam ser incrementados para o total cumprimento da meta.

Deste modo, podemos afirmar que os indicadores se tornam necessários para que possamos acompanhar a efetivação das metas do PNE, bem como, para repensarmos e buscarmos novas estratégias e metodologias para que a efetivação realmente aconteça. Com o intuito de aquecer esse debate temos como objetivo analisar alguns dos estudos publicados no último decênio sobre a meta 15 do PNE (2014-2024) referente a formação inicial dos professores da educação básica, a fim de identificar os desafios enfrentados para alcançar a referida meta.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MESTA 15

Neste item vamos abordar o cenário do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), assim como, a meta 15. O PNE é um instrumento de planejamento que orienta políticas públicas educacionais em todos os níveis de ensino, do básico até o superior, como já dito a vigência é de 10 anos. Composto por dez diretrizes, o PNE 2014-2024 inclui metas como a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação e a valorização dos profissionais de ensino.

Assim, o principal objetivo do PNE, de forma ampla e enquanto políticas públicas, que são oriundas das necessidades coletivas é de democratizar o acesso à educação em nível nacional (Alves e Noletto, 2022). Conforme será abordado no decorrer deste estudo, o PNE (2014-2024) parte de uma necessidade real, garantida constitucionalmente, organizado de maneira que os governos, de acordo com o artigo 7º da referida lei, União, Estados, Distrito Federal e Municípios devam colaborar para atingir as metas e implementar as estratégias do PNE, de forma colaborativa, devem articular ações para que as metas ali estabelecidas sejam cumpridas. “Tais ações devem partir de um diagnóstico da realidade educacional, servir como uma orientação para a tomada de decisões” (Alves e Noletto, 2022, p. 7).

O PNE é monitorado e avaliado pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação. A publicação da lei reforça o compromisso da Câmara dos Deputados com a garantia do direito à educação para todos os brasileiros, desde a infância até a vida adulta. A Emenda Constitucional nº 59/2009 alterou o status do Plano Nacional de Educação (PNE), transformando-o de uma disposição temporária da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 em uma exigência constitucional com revisão decenal. Isso implica que os planos plurianuais devem considerá-lo como referência. Além disso, o PNE foi estabelecido como articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão de percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o financiamento. Portanto, os planos estaduais, distrital e municipais devem ser elaborados com base no PNE, incluindo previsão de recursos orçamentários para sua execução.

A aprovação do segundo PNE (2014-2024) representa uma conquista significativa para a sociedade brasileira, estabelecendo o investimento de 10% do PIB em educação e adotando o conceito de custo-aluno-qualidade. A Meta 20 foi concebida para garantir o alcance das demais metas, abrangendo áreas como a universalização do acesso, a melhoria da qualidade e equidade educacional, e a valorização dos profissionais do setor e reside na implementação efetiva das vinte metas e suas 254 estratégias, incluindo o planejamento coordenado entre os estados, municípios e a União. É crucial alinhar os planos plurianuais (PPAs) e outros instrumentos do ciclo orçamentário com o Plano Nacional de Educação (PNE) para garantir recursos adequados em conformidade com suas diretrizes, metas e estratégias, conforme estabelecido pelo artigo 10 do PNE. O principal desafio é o papel atribuído pela Constituição ao PNE de articular o Sistema Nacional de Educação e promover ações conjuntas de monitoramento contínuo do PNE, com diversas instâncias responsáveis pelo acompanhamento e avaliação de sua execução.

Neste estudo, vamos nos dedicar a analisar estudos que apontam a implantação da meta 15 no último decênio, a partir de análise do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2024. A meta 15 do Plano Nacional de Educação tem como

objetivo a formação superior de professores dentro de suas áreas de atuação. Para isso, o plano prevê a criação de políticas públicas entre municípios, estados e federação que contribuam para o acesso dos professores à formação superior e a cursos de formação continuada. A meta visa a valorização da carreira docente e o incentivo à busca pela qualidade na formação de professores, ofertando a concessão de bolsas de estudo para a formação desses professores.

Segundo Farias (2023), a formação inicial dos professores tem um importante papel no desempenho do professor, está relacionado diretamente a competência para o exercício de suas funções educacionais. Uma educação de qualidade que promove desenvolvimento integral, capaz de formar estudantes capazes de construir uma sociedade mais consciente e participativa. Conforme Libâneo (2015), nos últimos anos houve um aumento substancial em estudos e políticas que buscam mobilizar a formação de professores, trazendo reflexões sobre a formação ampla e não tecnicista, o que enseja atualmente, produções de pesquisas que podem gerar impactos nos modos de constituição do profissional, bem como, de suas identidades.

Assim como os avanços nos estudos, podemos contar também com as leis e resoluções que regulamentam a formação dos professores, como a LDB e as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), CNE/CP nº 2/2015, CNE/CP nº 2/2019 e CNE/CP nº 1/2020 e agora CNE/CP Nº 4/2024 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Essas normativas buscam orientar a formação de professores, com o objetivo de promover a qualificação e valorização desses profissionais. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada foram estabelecidas por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2015. Segundo Farias (2023) nestas resoluções são preconizadas formação teórica e interdisciplinar, onde a teoria e prática caminham juntas, promovendo o trabalho coletivo e interdisciplinar. A docência é intencional, valorizada, metódica, com compromisso social e uma gestão democrática.

Infelizmente a Resolução CNE/CP nº 2/2015 foi revogada em 2019, entrando em vigor a Resolução CNE/CP nº 2/2019 e posteriormente a implementação da Resolução CNE/CP nº

1/2020, toda essa modificação na resolução impactou em um desmonte e retrocesso na formação dos professores. Conforme Dourado e Siqueira (2022, p.28):

[...] houve uma diminuição da carga horária da formação pedagógica e uma ausência de destaque para a importância da pesquisa e da extensão na formação dos profissionais da educação. Da mesma forma, a Resolução CNE/CP nº 1/2020 se estabelece com foco nas competências e habilidades voltadas às diretrizes da BNCC.

Essas modificações evidenciam negligência com a formação docente, privilegiando interesses de um sistema hegemônico, demonstram uma tendência centrada em competências, que não consegue dar conta da complexidade do processo educativo e suas dimensões sociais e históricas. A revogação da Resolução CNE/CP nº 2/2015 aponta a falta de comprometimento com as necessidades da formação de professores, resultando em uma formação sem profundidade e fragmentada, que desvaloriza o professor e compromete uma educação de qualidade no país.

Com a aprovação da última resolução do CNE/CP Nº 4/2024 que substitui à Resolução CNE/CP n. 2 de 2019, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), analisou o documento e apontou constatações como: semelhanças com a Resolução CNE/CP n. 2/2015 e com Resolução CNE/CP n. 2/2019, nesse sentido, tende a parecer uma bricolagem, no sentido do improvisado, que se perde num emaranhado de elementos conceituais, referenciados em pesquisadores/as proeminentes do país. No Parecer e no Projeto de Resolução, os conceitos e orientações para a formação inicial parecem ser uma junção de propostas e intervenções que sinalizam para uma formação sem a articulação de fundamentos e princípios formativos na proposta de uma educação que seja humanizadora e emancipatória. A resolução não apresenta de forma objetiva a valorização profissional, diferente da Resolução CNE/CP nº 2/2015, em que havia um capítulo destinado aos/as profissionais do magistério e a sua valorização.

Em suma não basta ter políticas educacionais que amparem a formação inicial do professor, é preciso ter um projeto de sociedade coeso para materializar os anseios de uma qualidade social que a educação almeja. Qualidade essa defendida por Libâneo (2015) que contempla as dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca

compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas.

METODOLOGIA – REVISÃO SISTEMÁTICA

Realizamos um estudo bibliográfico do tipo revisão sistemática, analisamos artigos científicos, teses e dissertações que consideramos estar em consonância com o tema, utilizamos ainda o Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2024), para dar suporte na análise para compreender como está a formação inicial dos profissionais da educação básica no cenário educacional brasileiro. Segundo Campos, Caetano e Gomes (2023), destacam a importância da pesquisa de revisão sistemática, especialmente na área da educação, onde muitas vezes se prioriza abordagens metodológicas como estudos de caso e pesquisa participante, enquanto a revisão sistemática de literatura é menos explorada. No Brasil, apesar do crescente interesse em revisões sistemáticas nas ciências da saúde, ainda há pouco avanço na área da educação.

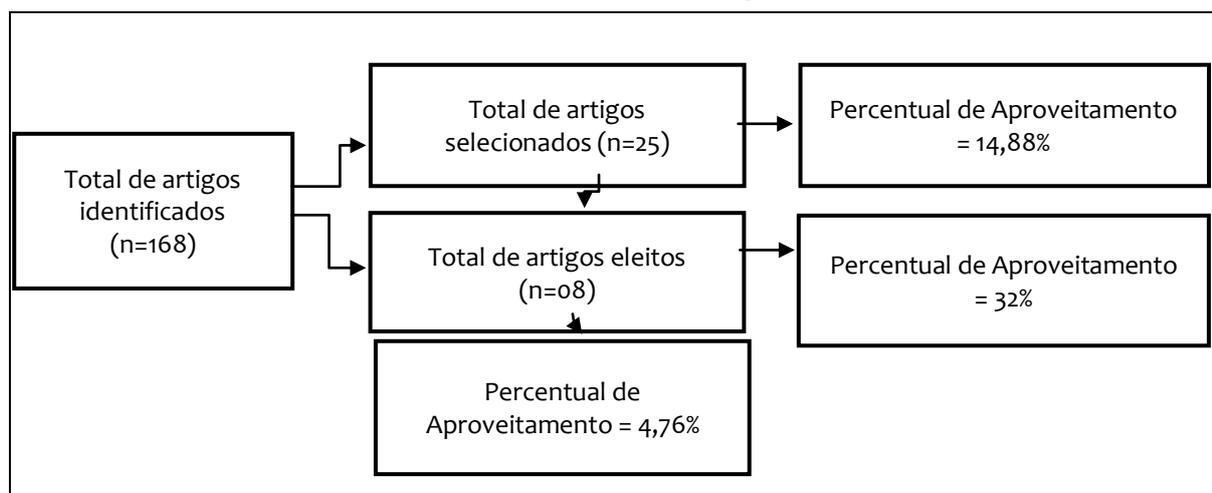
Os autores ressaltam a necessidade de compreender e apropriar-se do método da revisão sistemática, especialmente nas ciências da educação, que pode oferecer contribuições significativas para o avanço do conhecimento e a melhoria das práticas educacionais. Para alcançar o objetivo proposto pelo estudo, “identificar e analisar os estudos produzidos no último decênio sobre a formação inicial dos professores da educação básica, preconizados na meta 15 do PNE (2014) do PNE (2014-2024)”, entendemos que essa é uma abordagem metodológica estruturada para reunir, avaliar e sintetizar todas as evidências relevantes disponíveis sobre uma questão de pesquisa específica.

O processo de revisão sistemática envolve etapas bem definidas, incluindo formulação da pergunta de pesquisa, busca sistemática da literatura, seleção dos estudos, síntese dos dados, avaliação da qualidade dos estudos e interpretação dos

resultados, seguindo diretrizes estabelecidas para garantir a validade e confiabilidade dos achados. Visando manter a integridade e validade do processo, elaboramos a pergunta de pesquisa que direciona a revisão de forma apropriada e atende a primeira etapa da Revisão sistemática: Quais os estudos produzidos no último decênio sobre a formação inicial dos professores da educação básica do ensino fundamental I, preconizados na meta 15 do PNE (2014) do PNE (2014-2024)? A proposta é que a busca bibliográfica abrangente possa assegurar a identificação de estudos relevantes.

Avançamos na segunda etapa: realizar uma busca abrangente e sistemática em bases de dados acadêmicas é fundamental para identificar todas as evidências relevantes disponíveis sobre o tema da revisão. Para atender a esse tópico, optamos pela base de dados da BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações) e na Scielo (Scientific Electronic Library Online), nos últimos 10 anos (2014-2024).

Na terceira etapa realizamos a seleção dos estudos: Durante esta etapa, os estudos identificados na busca bibliográfica são submetidos a critérios de inclusão e exclusão pré-definidos. Foram estabelecidos com base na pergunta de pesquisa, os seguintes critérios de inclusão; área da educação; língua portuguesa; período de 2014 a 2024, meta 15 do PNE (2014). Já os critérios de exclusão são: produções de outras áreas, para além da educação; produções fora do período selecionado; outras línguas, com exceção da língua portuguesa, produções que trazem outras metas do PNE, além das selecionadas. Desta fase, obtivemos o total de 168 artigos nas bases de dados anteriormente descritas e, após a leitura dos resumos, 25 artigos foram selecionados e lidos de forma integral. Na etapa posterior, restaram 8 artigos que atenderam aos critérios de elegibilidade definidos pela pesquisa, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Detalhamento dos artigos selecionados

Fonte: Elaboração pelas autoras

Mais a frente na quarta etapa realizamos a extração de dados. Isso inclui informações como características dos participantes, métodos de estudo, resultados principais e conclusões dos autores. Para fazer a busca utilizamos os seguintes descritores (palavras-chave): Plano nacional de Educação (2014) AND meta 15 AND formação inicial do pedagogo AND professores da educação básica. A justificativa para a exclusão dos artigos residiu em estes não contemplarem os critérios de elegibilidade definidos, abarcando temas generalistas em relação ao PNE, e também, não utilizarem os dados do Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2024). Desta forma, o referencial desta pesquisa resultou em 8 artigos considerados elegíveis, vez que atendem aos critérios de elegibilidade do presente estudo, o Quadro 2, apresenta a relação de artigos selecionados, com informações da autoria, título e breve escopo do trabalho.

Quadro 2 – Apresentação dos trabalhos considerados elegíveis ao estudo

Título e Ano	Base de Dados	Repositório
01 - Dilemas e Contradições das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. 2023.	Scielo	Revista - Brasileira de Estudos Pedagógicos https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5694

02 - A política da Capes para a formação de professores da educação básica e os indicadores do Plano Nacional de Educação 2014-2024. 2022.	BDTD	Repositório - Institucional Unesp http://hdl.handle.net/11449/217880
03 - O (Des) comprometimento dos Planos Municipais de Educação com a Formação Docente Específica de Nível Superior, 2021.	Scielo	Revista - Educação Em Revista https://doi.org/10.1590/0102-469824551
04 - O (des) alinhamento entre o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME) de Juiz de Fora: limites, contradições e possibilidades para uma gestão democrática. 2020.	BDTD	Repositório - Institucional UFJF https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14363
05 - Desenvolvimento Profissional de uma Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Tema Probabilidade. 2019.	Scielo	Revista - Bolema: Boletim de Educação Matemática https://doi.org/10.1590/1980-4415v33n65a10
06 - A licenciatura em pedagogia e as metas do Plano Nacional de Educação: oferta e perspectivas. 2019.	BDTD	Repositório - Universidade Cruzeiro do Sul https://repositorio.unicid.edu.br/jspui/handle/123456789/316
07 - Um olhar sobre a política de formação de professores de Física no Brasil. 2018.	BDTD	Repositório - Institucional UFS http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7791
08 - Quem quer ser professor? A perspectiva dos bolsistas egressos UFRRJ sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. 2017.	BDTD	TEDE - Sistema de Publicação Eletrônica. Repositório da UFRRJ https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/6099

Fonte: Elaboração pelas autoras

A partir do referencial teórico apresentado, passa-se a tecer possíveis relações entre as pesquisas selecionadas com o escopo do presente estudo, abordando de forma detalhada cada achado.

DISCUSSÕES

Após extrair os estudos das bases de dados, avançamos na revisão sistemática na etapa da avaliação da qualidade dos estudos: É essencial realizar uma avaliação crítica da qualidade metodológica dos estudos incluídos na revisão. Os estudos incluídos foram analisados e sintetizados, identificamos padrões, tendências e lacunas na literatura e chegamos a 3 categorias que nos ajudaram a organizar os dados para a análise: 1) Caráter

tecnicista na formação inicial do professor; 2) Programas governamentais para a qualificação da formação inicial; 3) Planos de carreira.

Categoria 1 – Caráter Tecnista na Formação Inicial do Professor

Para a categoria de caráter tecnicista na formação inicial do professor, foram utilizados três artigos científicos dos autores: 1) Locatelli; 2) Gontijo, Peixoto, Machado e Almeida e 3) Saviani. Esses estudos fornecem uma base robusta e abrangente para analisar a influência do tecnicismo na formação docente.

A pesquisa 01 de Locatelli (2021), apresentada sob título “O (Des) comprometimento dos Planos Municipais de Educação com a Formação Docente Específica de Nível Superior”, aponta de forma organizada e sistemática, a clara intenção dos 10 municípios analisados, no estado de Tocantins, em isentar-se de responsabilidades no atingimento da meta 15 do PNE, bem como, em fortalecer, de alguma maneira, a formação tecnicista de professores. O estudo enfatiza que as diretrizes adotadas pelos municípios ao regulamentarem o PME, mostram-se vagas, dúbias e/ou com indicações de ações que se tornam de difícil aplicação por parte dos municípios.

Neste sentido, o autor destaca as manobras legislativas realizadas, de maneira a possibilitar a contratação e manutenção de professores sem curso superior, com formação de bacharelado e complementação de horas para licenciatura ou com curso superior de licenciatura em instituições que oferecem graduações à distância simplificadas, curtas e de baixo custo, colocando em dúvida sua qualidade. Nesta última, vale destacar que os cursos de EAD foram vistos pelo Estado e por grupos de especialistas da área educacional como uma maneira viável e eficiente de promover formação inicial para uma grande quantidade de professores/as, no menor tempo possível.

Porém, após alguns anos, estamos vendo o resultado da massificação da formação continuada tecnicista, conteudista, sem profundidade, com ausência de criticidade para compreender seu papel no cenário educacional. Todos os três casos, o enfoque explicita o caráter tecnicista dessas formações e, conseqüentemente, no desempenho de suas funções enquanto professores. Gontijo, Peixoto, Machado e Almeida (2023), em seu

artigo “Dilemas e contradições das diretrizes curriculares nacionais e Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação básica”, apontam e criticam as políticas que tratam sobre a formação docente, vez que estas, atendem muito mais à questões mercadológicas, com fomento a padronizações e individualismo, do que em processos que possibilitem a emancipação dos sujeitos. Isso tudo reforça a formação tecnicista do professor, desconsiderando as experiências subjetivas dos envolvidos, bem como seus contextos sócio-históricos.

Este segundo estudo amplia a discussão de maneira mais aprofundada, em relação ao primeiro estudo, no que concerne ao processo formativo enquanto constituído e constituinte do sujeito, trazendo o docente para a necessidade de que ele apareça no exercício profissional. Esta presença refere-se à pluralidade de realidades do país, as quais podem enriquecer os contextos educacionais e, mais ainda, tornar o seu fazer laboral único e plural. Ademais, partindo-se deste pressuposto, onde o professor não apenas reproduz um conteúdo pronto, ele assume a responsabilidade pela sua formação, de tal maneira que reverbera em seus alunos e o ciclo da reprodução automática tende a se enfraquecer.

Somente desta forma, conforme se afere nos escritos dos estudos primeiro e segundo, é possibilitada a formação crítica de discentes e docentes, o que gerará impacto na sociedade na forma da produção de profissionais criativos, responsáveis, ativos e comprometidos. Por outro lado, o segundo estudo enfatiza o engessamento arquitetado pelas estruturas legislativas e executivas, de maneira que se mantenha prioritária a questão mercadológica e a estrutura de sistema capitalista.

Por meio de um estudo publicado em 2011, antes da aprovação do PNE (2014-2024), Saviani (2011), destaca cinco dilemas enfrentados a partir das disposições legislativas que postulam sobre a formação de professores na educação básica. Muito se relata, descreve e preconiza sobre o que deve ser feito, entretanto, o como deve ser feito não é alcançado, estagnando os processos de formação sem apontar medidas efetivas. Os professores formados em curso superior não estão preparados para “[...] lidar com a tarefa pedagógica” (Saviani, 2011, p. 7), no sentido de que suas formações foram tão

focadas em apreender dados, fatos e conceitos estruturados, que pouco conseguem transpor tudo isso e aplicá-los ao cotidiano do ensino.

Outro dilema apontado por Saviani (2011, p. 7), trata sobre “formação do professor técnico versus formação do professor culto”, retomando o postulado pela primeira pesquisa deste estudo, adentra-se ao tecnicismo como dualidade na formação de professores. De um lado está a necessidade de redução de custos e agilidade na produção de professores graduados em nível superior em suas áreas de atuação e, de outro, o desafio de que estes professores estejam embasados de maneira a gerar novos conhecimentos e discussões através de métodos que estão para além da cartilha dos livros didáticos. Saviani (2011) ainda aponta desafios contemporâneos aos processos de formação de professores da educação básica, tais como a descontinuidade das políticas educacionais, burocracias legais, distanciamento entre as instituições formativas e as escolas, jornada de trabalho precária e baixos salários. Contrapondo-se à sua crítica, o autor aponta possíveis alternativas aos desafios mencionados, tais como: política educacional de longo prazo, articulação entre as instituições formativas e as escolas, adoção do modo de funcionamento das escolas como ponto de partida na organização do processo formativo e jornadas de trabalho que valorizem o professor e propiciem o desenvolvimento de suas carreiras.

Articulando-se os excertos das pesquisas 01 e 02 (artigos da scielo) em análise, pode-se apontar que o estudo de Saviani (2011), destaca a questão do tecnicismo como eixo de um problema complexo que se desdobra em camadas sobrepostas, comandadas pelo sistema capitalista. Partindo do pressuposto da meta 15 do PNE que União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuarão em regime de colaboração, de maneira que no prazo de 1 ano de vigência do PNE assegurem que “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (Brasil, 2014, p. 21). Locatelli (2021), descreve sistematicamente as ações adotadas por 10 municípios do estado do Tocantins, que a maioria se utiliza de artifícios (legais) para ludibriar, através de medidas ineficazes, dados de um importante processo que, deveria ser propulsor de educação de qualidade e desenvolvimento nacional.

O tecnicismo, neste sentido, seria a manifestação de uma estrutura pedagógica de base capitalista, que descarta o desenvolvimento do processo de conhecimento, a partir da construção de vínculos genuínos entre professores e alunos. Ele se contrapõe à constituição de espaços seguros e saudáveis, e ao fazer educação respeitando o tempo de cada aluno, além das condições e especificidades de necessidades individuais. Assim, a educação passa a funcionar na forma de esteira de produção, com manuais padrões, aulas sistematizadas em lote e sem espaço para a criatividade e espontaneidade:

Ora, o professor técnico é entendido como aquele que é capaz de entrar numa sala de aula e, aplicando regras relativas à conduta e aos conhecimentos a serem transmitidos, seja capaz de se desempenhar a contento diante dos alunos. Diversamente, o professor culto é aquele que domina os fundamentos científicos e filosóficos que lhe permitem compreender o desenvolvimento da humanidade e, a partir daí, realiza um trabalho profundo de formação dos alunos a ele confiados (Saviani, 2011, p. 7).

Desta forma, o professor formado dentro desta perspectiva adere facilmente ao tecnicismo, serve ao capitalismo e a sistemática burocrática governamental/legislativa sem trazer maiores transtornos. Forma estudantes nesses mesmos moldes e se reduz as possibilidades de quebra do *status quo*, o que nos parece ser o grande objetivo daqueles que detém o poder estruturante. As universidades, enquanto espaços de ensino, pesquisa e extensão, podem colocar em xeque toda a organização mantenedora deste modelo e, por este motivo, ainda que o PNE estabeleça sobre a formação de professores, em linhas transversais ele conserva seu escopo conservacionista cerceando o poder de transformação da educação livre.

O caráter tecnicista da formação de professores, conforme destacado na meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), visa à instrumentalização e padronização do ensino. Ogata, Souza e Vargas (2024), apresentam uma abordagem alternativa, ao explorar o uso de jogos digitais na formação continuada de professores de música. A pesquisa demonstrou que essa metodologia não apenas promove o engajamento e entusiasmo dos estudantes, mas também valoriza a reflexão e o planejamento pedagógico, destacando a colaboração entre pesquisadores e docentes como um fator essencial para a educação. Assim, a proposta se afasta do tecnicismo, ao buscar a inovação e a prática reflexiva no ensino musical.

Categoria 2 – Programas Governamentais para Qualificação da Formação Inicial

Para a categoria de programas governamentais para qualificação da formação inicial, foram utilizados seis artigos dos seguintes autores: 1) Marcondes; 2) Nogueira e Borges; 3) Farias; 4) Locatelli; 5) Souza e 6) Pinheiro, Serrazina e Silva. Esses estudos forneceram uma análise aprofundada sobre a eficácia e os impactos dos programas governamentais na formação de professores.

Os programas governamentais para qualificação da formação inicial de professores mostram-se de grande relevância à medida que possibilita aos alunos de graduação em licenciaturas e professores sem formação específica, a continuidade de seus estudos com bolsas de estudos e incentivo à pesquisa científica. Implantado em 2007 pelo Ministério da Educação o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, tem em seu escopo a importância da qualificação e aperfeiçoamento dos docentes, que atuarão ainda no período da graduação em escolas públicas, exercitando o magistério e extraindo experiências importantes para a sua formação. Outra motivação para o programa, reside no déficit de professores para a educação básica no país. Desta forma, conforme pesquisa realizada por Marcondes, os principais objetivos do PIBID são:

[...] contribuir para a valorização do magistério; incentivar a formação dos estudantes que fazem licenciatura; colocar o estudante em contato com o ambiente escolar; promover a relação entre universidade e escola pública e viabilizar a articulação entre teoria e prática na formação dos estudantes (Marcondes, 2017, p. 10).

O subsídio financeiro constitui-se de suma importância nos processos de formação inicial e continuada de professores, conforme já relatado, neste contexto, além do PIBID, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, tem objetivo de garantir a formação acadêmica exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aos professores, também contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica como um todo. Nogueira e Borges, em seu estudo sobre o PNE (2014-2024) e as políticas para a formação continuada de professores, explicita questões relevantes relacionadas ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, o qual se

constitui em um programa que articula governos federais e estaduais, para que somem forças que resultem no cumprimento das metas do PNE, especificamente da de número 15, a qual tratamos no presente estudo. Importante destacar a questão da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, onde são oferecidos cursos de nível superior 100% virtuais.

Neste sentido, os autores destacam que “[...] pode vir a se tornar um exemplo de massificação e precarização da formação do sujeito na Educação Superior, se não se atentar para a qualidade da EAD” (Nogueira e Borges, 2021). Reforça-se aqui o que já destacamos nos estudos anteriormente citados, sob dois aspectos: 1) necessidade de cumprimento das metas estabelecidas no PNE 2014-2024 e 2) qualidade da formação e aperfeiçoamento. O texto conversa diretamente com as proposições de Locatelli e Gontijo e outros, onde comungam da preocupação em relação à “[...] formação barata e aligeirada” (Nogueira e Borges, 2021) que pode estar sendo facilitada pela necessidade mercadológica.

Problema ainda comum no cenário educacional, o qual contribui para o declínio da qualidade da educação, reside no desvio de função, onde professores são alocados em áreas de diferentes de sua formação acadêmica. Muitas vezes, esta questão inicia de forma emergencial, onde há necessidade imediata de que sejam supridas lacunas de professores em determinadas áreas e outros profissionais de formações diferentes, acabam abarcando disciplinas, conteúdos e até funções (como as de bibliotecários, por exemplo), sem conhecimentos específicos e formação adequada para tanto. Farias, em sua dissertação “Condições de Trabalho e Adoecimento Docente: Causas Persistentes”, elenca o desvio de função como fator adoecedor, à medida que este torna suas jornadas de trabalho demasiadamente exaustivas, vez que estão fora de sua área de formação.

A longa permanência ou até a perpetuação dos desvios de função, mostram-se fatores de risco para depressão, estresse e ansiedade (Farias, 2023), o que nos reporta a questão de aumento do déficit de professores com formação específica ou não, por questões de abandono, afastamento ou aposentadoria por doença. O estudo realizado por Nogueira e Borges, contribui nesse ponto, no sentido que destaca como fator de adoecimento, as precárias condições de trabalho enfrentadas pelos professores,

agravadas pela lógica neoliberal, onde “[...] os professores, são culpados pelos problemas da educação e essa ideia é infiltrada na mente desses sujeitos, a ponto de adotarem como verdade” (Nogueira e Borges, 2021).

Vemos que, de um lado encontram-se fatores complexos que abarcam a subjetividade dos profissionais, mas também questões de ordem material, as quais impactam diretamente na constituição desses sujeitos. Em um lado oposto, residem questões que extrapolam a individualidade e são decididas a partir de estruturas jurídicas, legislativas e executivas, as quais dialogam em uma lógica, nem sempre solidária àqueles que executam a docência. Neste complexo emaranhado de leis e atribuições, municípios, estados e governo federal, como se pode constatar, através do estudo de Souza no que diz respeito à análise do PNE em âmbito municipal, esquivam-se ou não compreendem suas reais atribuições, “Prova disso é que parte dos planos analisados apenas repete a redação da meta nacional ou, em alguns casos, trata-se de formulações genéricas com pouco ou nenhum comprometimento” (Locatelli, 2021).

Ainda, complementamos com o estudo seis (6) de Souza (2020) que analisa o PNE de Juiz de Fora/MG, especificamente sobre o cumprimento da meta 15 destaca: “precisa de um processo de monitoramento pontual frente a comunidade do município”, que nos reporta aos avanços que ainda carecem em toda cadeia de textos legislativos, bem como, nas regulamentações existentes.

Um exemplo interessante neste ponto, reside artigo “Desenvolvimento profissional de uma professora dos anos iniciais do ensino fundamental no tema probabilidade”, onde através de questionário inicial de pesquisa, as autoras puderam concluir que:

Diante dos resultados do estudo aqui descrito, podemos afirmar que o desenvolvimento profissional da professora investigada foi potenciado a partir de sua participação em um processo formativo, pois a sua postura evidencia que ela foi capaz de analisar e refletir sobre questões ligadas, sobretudo, ao conteúdo e ao ensino (Pinheiro; Serrazina e Silva, 2019, p. 18).

Neste sentido, para além de se alcançar números relativos às metas, existe a necessidade real de se acompanhar adequadamente como se dão as formações e quais as

bases que dão sustentação aos processos formativos, sob pena de que seja massificado o tecnicismo, bem como, o desaparecimento do sujeito.

Categoria 3 – Planos de Carreira

Para a categoria planos de carreira, foram utilizados cinco artigos dos seguintes autores: 1) Nogueira e Borges; 2) Farias; 3) Lima; 4) Marcondes e 5) Silva Neto. Esses estudos ofereceram uma visão abrangente sobre os diversos aspectos e implicações dos planos de carreira para a formação inicial dos professores.

Apesar dos programas governamentais que fomentam e subsidiam formações iniciais e continuadas de professores, estes profissionais ainda carecem de uma estrutura que se adeque ao mercado atual, a qual comporte salários atrativos e condizentes com suas funções, além de plano de carreira devidamente regulamentado, conforme ressaltam Nogueira e Borges (2021).

O sentimento de abandono histórico que permeia a classe de professores vai de encontro às atuais políticas de retenção de talentos e pacotes de benefícios que empresas de outros segmentos praticam, chocando-se de forma drástica. Como se estivessem em um mundo a parte, os professores são compelidos a aceitarem as atuais condições ou a abandonarem seus postos e partirem para outras áreas. Neste sentido, a desvalorização profissional, a qual abarca a falta de planos de carreira e os baixos salários, dentre outros fatores, apresentam dificuldades reais ao cumprimento das metas do PNE. Interessante relato apresentado por Faria, demonstra a partir de sua experiência, a fragilidade deste sistema.

Há 16 anos trabalho na educação. Ingressei na carreira no ano de 2007 aos 26 anos, ao ser aprovada em um Concurso Público no ano de 2004 para o quadro do Magistério Público Estadual, na área de Conhecimento em Ciências da Natureza, em uma escola pública do Estado de Santa Catarina. Desde então, passei a experimentar e reconhecer quão desafiador era o exercício da profissão. Em 2017 fui convidada a assumir o cargo de assessora de direção, momento em que decidi realizar uma especialização em Gestão Escolar. Naquela época, já evidenciava as inúmeras adversidades que toda comunidade escolar (alunos, professores e funcionários) enfrentava, como também o elevado número de professores adoecidos com sua saúde emocional fragilizada. O novo cargo me possibilitou observar os desafios com mais clareza e amplitude (Farias, 2023, p. 20).

Cumpramos destacar que o tema de falta de plano de carreiras a classe de professores ainda é pouco explorada pelos estudos de forma aprofundada, sendo que dos que foram elegíveis para a presente pesquisa, o estudo de Farias (2019) abordou da forma que relatou-se anteriormente. O estudo de número quatro, destaca que a ampliação dos planos de carreira podem ser motivos substanciais para o ingresso e manutenção de professores nos quadros de docentes, que por muitas vezes, aparecem somente em editais municipais (Lima, 2019).

Consoante o estudo três a atração e a valorização dos professores, passa por um conjunto de ações que abarcam, dentre outros elementos, um plano de carreira que propicie o crescimento profissional (Marcondes, 2017). O estudo cinco aponta para o desprestígio que a carreira de professor carrega consigo, fator esse que encontra alicerce na falta de estrutura de progressão de carreira que é tanto almejada por profissionais contemporâneos (Silva Neto, 2022).

RESULTADOS

Elaboramos 2 itens de análise para apresentar os resultados: a) Estratégias alcançadas e não alcançadas pela Meta 15; b) Desafios para o Próximo PNE (2024-2034) frente à Meta 15.

Estratégias Alcançadas e não alcançadas pela Meta 15

Os estudos revelam que as políticas educacionais vigentes para a formação inicial estão na contramão da Meta 15, pois mantêm uma visão mercadológica e capitalista da educação, não preconizando a qualidade da formação inicial dos professores e como consequência do estudante. Podemos observar no quadro, que os dados apontam um crescimento no índice de professores com formação adequada para o exercício da função, porém longe do atingimento da meta 15, que esperava atingir 100% dos professores formados no ensino superior. Como forma de melhor elucidar os resultados já alcançados e cotejá-los aos estudos pesquisados, com base no relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2024, produziu-se o quadro 4 apresentado na sequência.

Importante dizer que os relatórios do PNE se alimentam de diferentes fontes de dados, uma delas é o Censo Escolar, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), conta com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação. Participam do Censo todas as escolas públicas e privadas do país. Os resultados dessas pesquisas são fundamentais, pois geram indicadores da situação da educação, permitindo traçar planos de ação para o cumprimento das metas do PNE melhorando a educação do Brasil.

Podemos constatar que o Censo Escolar de 2023 apresentou um crescimento significativo na formação docente com graduação em suas áreas de atuação. Na Educação Básica, referente aos professores da educação infantil com ensino superior temos 80%. No ensino fundamental anos iniciais 87% possuem graduação e anos finais do fundamental 92% têm graduação. O Censo 2023 mostrou que o ensino médio teve o melhor índice de professores com o nível superior completo chegando à marca de 96%. Esse aumento nos números de professores com graduação se deve ao cumprimento do Plano Nacional de Educação que visa chegar à totalidade de professores graduados em suas áreas de atuação.

Porém, não basta ter formação inicial de ensino superior, é preciso que a formação esteja adequada dentro da área de conhecimento que atuam. Pois infelizmente esse é um dos grandes desafios que ainda enfrentamos no Brasil. É possível fazer a constatação a seguir, na perda percentual dos professores que estão atuando fora da sua área de formação, exemplo professor da educação infantil, 80% possuem ensino superior, porém apenas 63% atuam dentro da sua área. Já no ensino fundamental dos anos iniciais 87% possuem formação inicial frente a 74,9% estão atuando dentro da sua área de formação. No ensino fundamental dos anos finais, temos 92% com ensino superior, porém apenas 60,9% estão com formação adequada no campo de atuação. E por fim, o dado alarmante fica para os professores de ensino médio, apesar de 96% terem ensino superior, apenas 68,2% atuam dentro da sua área.

A meta 15 do PNE, através de seus indicadores A, B, C e D, preconiza que a proporção de docências da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, com professores cuja formação superior

está adequada à área de conhecimento que lecionam, deve atingir 100% dentro do período do PNE (2014 – 2024). Entretanto, realizando-se o acompanhamento através do relatório, pode-se perceber que resultados de 2013 apontavam para o grande trabalho que deveria ainda ser realizado.

Para quantificar esses dados, realizamos o cálculo do incremento de percentual para cada período. Por exemplo, o indicador 15-A: Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam – apresentava o percentual em 2013 de 42,2% e em 2023 de 63,3%. Ou seja, tivemos um incremento de aproximadamente 50%. Para que a meta seja completamente cumprida, ainda é necessário incremento de 58% sobre o percentual atingido em 2023. Para o cálculo, utilizou-se as fórmulas descritas a seguir.

Quadro 3 – Fórmula de cálculo dos incrementos necessários ao atingimento da Meta 15

a) Percentual de incremento atingido na relação 2013-2023:

$$\text{Incremento} = \frac{\text{Valor Final} - \text{Valor Inicial}}{\text{Valor Inicial}} \times 100$$

b) Percentual de incremento que deve ser atingido na relação 2023-2024 para que se cumpra 100% da meta estabelecida:

$$\text{Incremento necessário} = \frac{\text{Valor alvo} - \text{Valor atingido}}{\text{Valor atingido}} \times 100$$

Fonte: Elaboração pelas autoras

Desta forma, obtivemos os resultados tabulados no quadro 4, que indicam os números nacionais em relação a Meta 15 para cada indicador, os alcançados em 2013 e 2023, bem como, os incrementos alcançados em 2023 e os necessários para cumprimento integral da meta em 2024.

Quadro 4 – Cotejo entre a Meta 15 (PNE) e seus 4 indicadores, com os dados do Relatório do 5º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Indicador	Meta para 2024	Alcançado em 2013	Alcançado em 2023	Incremento 2013-2023	Incremento necessário 2023-2024
Indicador 15A Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	100%	42,2%	63,3%	≈50%	≈57,99%
Indicador 15B Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	100%	54,0%	74,9%	≈38,7%	≈33,5%
Indicador 15C Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	100%	48,0%	60,4%	≈25,83%	≈65,56%
Indicador 15D Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	100%	57,8%	68,2%	≈17,99%	≈46,62%

Fonte: Elaboração pelas autoras

Levando-se em consideração os dados do relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do PNE 2024, o qual contabiliza os resultados obtidos até o ano de 2023, pode-se aferir os grandes desafios ao cumprimento da meta 15 neste decênio. Como obstáculos ao atingimento integral da meta, elencamos: a) falta de objetividade no que tange à valorização profissional na legislação vigente; b) regulamentações vagas, dúbias ou de difícil implantação por parte dos municípios; c) caráter mercantilista cunhado às formações iniciais e continuadas dos professores; d) programas governamentais de incentivo e fomento à qualificação insuficientes ou pouco atrativos; e) desvalorização da profissão de professor como marca histórica; f) falta de plano de cargos e salários adequada e competitiva com o mercado atual; g) precarização do trabalho docente; h) desvios de função ocorridos com frequência; i) adoecimentos e readaptação funcional por problemas nas cordas vocais, depressão, ansiedade e burnout.

Desafios para o próximo PNE (2024-2034) frente à Meta 15

Os estudos constantes nesta pesquisa de revisão sistemática de literatura apontam para questões relevantes que devem ser observadas para o próximo PNE (2024-2034), as quais podem impactar substancialmente o atingimento das metas a serem estabelecidas neste decênio.

Os nove apontamentos realizados acima, servem de base para que se possam destacar pontos de atenção a possíveis desafios que serão enfrentados para esta meta seja alcançada, tais como: a) implementação de políticas que garantam a valorização dos professores, incluindo melhores condições de trabalho e plano de cargos e salários em todas as esferas; b) implementar e avaliar a Base Nacional Comum Curricular – BNCC; c) manutenção e ampliação dos programas governamentais para formação inicial e continuada de professores; d) aperfeiçoamento no monitoramento e avaliação no cumprimento das metas; e) inclusão digital e uso de tecnologias educacionais que melhorem os processos de ensino-aprendizagem sem que se esmague o sujeito professor e aluno; f) formação inicial e continuada de professores, que garanta qualidade, protagonismo e responsabilidade dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às pesquisas analisadas, foi identificado manobras legislativas realizadas, de maneira a possibilitar a contratação e manutenção de professores sem curso superior, com formação de bacharelado e complementação de horas para licenciatura ou com curso superior de licenciatura em instituições que oferecem graduações à distância curtas e baratas, como uma maneira viável e eficiente de promover formação inicial para uma grande quantidade de professores/as, no menor tempo possível, resultando na massificação promovendo uma formação tecnicista, conteudista, sem profundidade, com ausência de criticidade para compreender seu papel no cenário educacional.

Podemos observar uma carência de políticas públicas adequadas para a formação de professores, ainda que tenhamos evidenciado programas governamentais como PIBID e PARFOR, eles não dão conta de formar com a qualidade necessária. Neste sentido, para além de alcançar números relativos às metas, existe a necessidade real de se acompanhar

adequadamente como se dão as formações e quais as bases que dão sustentação aos processos formativos, sob pena de que seja massificado o tecnicismo, bem como, o desaparecimento do sujeito, se não atentar para a qualidade dessas formações, que refletem a falta ou inadequação desses planos de carreira que deveriam proporcionar um incentivo, investimento e suporte de motivação aos docentes. Neste sentido, além de alcançar metas, existe a necessidade real de se acompanhar adequadamente como se dão as formações e quais as bases que dão sustentação aos processos formativos, sob pena de que seja massificado o tecnicismo, bem como, o desaparecimento do sujeito.

A ausência de uma política nacional estruturada contribui para a desvalorização da profissão e compromete o desenvolvimento profissional e a formação. É urgente políticas educacionais que não apenas reconheçam o valor da formação para os professores, mas também enfrentem os desafios estruturais e burocráticos que dificultam sua implementação efetiva, estes profissionais ainda carecem de uma estrutura que se adeque ao mercado atual, a qual comporte salários atrativos e condizentes com suas funções. A promoção de colaboração entre diferentes atores do sistema educacional, como secretarias de educação e universidades, é essencial para desenvolver programas formativos que verdadeiramente atendam às demandas e realidades dos professores, contribuindo para a valorização da educação no Brasil.

Assim, o artigo propôs uma reflexão crítica sobre a importância do PNE e a necessidade de efetivar a meta 15 na construção de uma sociedade mais democrática por meio do acesso à formação inicial acessível e de qualidade para todos os professores. O estudo nos ajudou a contextualizar as descobertas dentro do corpo existente de conhecimento sobre a implantação da meta 15 do PNE, além de ensejar pesquisas futuras no âmbito da formação de professores, valorização docente e políticas educacionais que endossem a melhoria na carreira dos profissionais da educação no país.

Constatamos que a meta 15 não foi atingida de forma integral e que para sua efetivação seria necessário garantir uma política nacional de formação dos profissionais da educação em regime de colaboração entre os entes federativos. O envolvimento da sociedade civil mostra-se também necessário, vez que a educação tem impacto de extrema relevância para toda sociedade, sendo base para um país mais justo, com mais

oportunidades e qualidade de vida para a população brasileira. A pesquisa permitiu identificar a necessidade de avançarmos na análise de produção de outros trabalhos produzidos sobre a Meta 15 do PNE (2014) para ampliar o debate.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com o apoio do Programa de bolsas do Estado de Santa Catarina, executado pela Secretaria de Estado da Educação (UNIEDU) e também do edital Prociência de Pesquisa da Universidade do Sul de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ALVES, Higo Gabriel Santos; NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi. **Plano Nacional de Educação do Brasil: Mecanismo para a democratização do acesso à educação superior**. Revista Actualidades Investigativas em Educación. v. 22, n. 2, p. 379-407. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/aie/v22n2/1409-4703-aie-22-02-00379.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2/2015. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2/2019. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1/2020. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4/2024. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal nº 13.005/2014**. MEC, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Federal nº 9.394/1996.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024.** Inep, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-relatorio-do-5o-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-plano-nacional-de-educacao-2024,4ce0660f-ce33-4255-b2db-905ec5c723f7#:~:text=O%20Relat%C3%B3rio%20do%205%C2%BA%20Ciclo,planejamento%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20educacionais>. Acesso em: 5 dez. 2024.

CAMPOS, Alessandra Freire Magalhães de; CAETANO, Luís Miguel Dias; GOMES, Victor Márcio Laus Reis. Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 27, n. 54, p. 139–169, 2023. DOI: 10.26694/rles.v27i54.2702. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2702>. Acesso em: 5 dez. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores: Retrocessos e Resistência Propositiva.** Textura – Revista de Educação e Letras. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, São Leopoldo, RS, 2022. Disponível em: <file:///Users/emilianaorobrandao/Downloads/7273-24750-1-PB.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.

FARIAS, Beatriz Heitich da Silva. **Condições de Trabalho e Adoecimento do Docente: Causas Persistentes.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, SC, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/10323>. Acesso em: 5 dez. 2024.

GONTIJO, Aldriana Azevedo et al. **Dilemas e contradições das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Revista brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 104, p. e5694, 2023. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5694>. Acesso em: 5 dez. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 2, p. 629-650, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GB5XHxPcm79MNV5vvLqcwfm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 dez. 2024.

LIMA, Nazareth Junília de. **A licenciatura em Pedagogia e as metas do Plano Nacional de Educação: oferta e perspectivas.** 2019. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e

Matemática) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicid.edu.br/jspui/handle/123456789/316>. Acesso em: 5 dez. 2024.

LOCATELLI, Cleomar. O (des)comprometimento dos planos municipais de educação com a formação docente específica em nível superior. **Educação em Revista**, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, v. 37, p. e24551, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/7bqXrJYXJQMkT5GQ6P65hcr/?lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2024.

MARCONDES, Emília Fernandes de Oliveira et al. **Quem quer ser professor? A perspectiva dos bolsistas egressos UFRRJ sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6099>. Acesso em: 5 dez. 2024.

NOGUEIRA, Adrinelly Lemes; BORGES, Maria Célia. **O PNE (2014-2024) e as políticas para a formação continuada de professores**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p. 13-32/2021. Monte Carmelo, MG, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/issue/view/141>. Acesso em: 5 dez. 2024.

OGATA, Beatriz de Oliveira; SOUSA, Sidinei de Oliveira e VARGAS, Vinícius Fagundes. Impactos da formação continuada com jogos digitais para o ensino de música: um estudo colaborativo. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade** - LES, 28(56). Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rles.v28i56.4967>. Acesso em: 12 fev. 2025.

PINHEIRO, Maria Gracilene de Carvalho; SERRAZINA, Maria de Lurdes; SILVA, Angélica da Fontoura Garcia. Desenvolvimento Profissional de uma Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Tema Probabilidade. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, Bolema, Rio Claro, SP, v. 33, p. 1175-1194, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/bFBZCJhCzmvfdzjdgFNJSDw/?lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SANTOS, Gicélia Maria de Oliveira. **Um olhar sobre a política de formação de professores de Física no Brasil**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7791>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores no Brasil: Dilemas e Perspectivas. *Póesis Pedagógica*, v. 9, n. 1, p. 07-19, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v9i1.15667. Catalão, GO, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poesis/article/view/15667>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SILVA NETO, Nathanael da Cruz. **A política da Capes para a formação de professores da educação básica e os indicadores do Plano Nacional de Educação 2014-2024**.

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Botucatu, SP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/f6426ece-e00b-411c-9f19-1c2ccfbe65f8>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SOUZA, Carla do Carmo. **O (des) alinhamento entre o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME) de Juiz de Fora: limites, contradições e possibilidades para uma gestão democrática.** Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Juiz de Fora, MG, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14363>. Acesso em: 5 dez. 2024.

HISTÓRICO

Submetido: 05 de Dez. de 2024

Aprovado: 02 de Fev. de 2025

Publicado: 03 de Jan. de 2025

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

WAGNER, F.; CORREA, P. P.; BRANDÃO, E. O. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Meta 15: Avaliação, Limites e Perspectivas. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 29, n.59, 2025, eISSN: 2526-8449